



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**Referência nº 8500109-02.2017.8.06.0026**

**Interessado: Advogado Josué de Sousa Lima.**

**Assunto: Requer que seja normatizada a possibilidade das serventias extrajudiciais de realizar escritura pública de inventário e partilha em casos que envolvem testamento válido**

**PARECER Nº 15/2017 – AUD/CGJCE**

Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor,

Trata o presente Parecer de solicitação formulada pelo Advogado Josué de Sousa Lima, em que se requer seja normatizada a possibilidade das serventias extrajudiciais de realizarem escritura pública de inventário e partilha em casos que envolvem testamento válido.

Baseia-se o interessado numa decisão da Jornada de Direito Civil, que provisionou o Enunciado 600, abaixo transcrito, como também, na decisão da Corregedoria do Estado de São Paulo, que autorizou, ao interpretar o artigo 610 do Novo Código de Processo Civil, a requerimento dos Juízes das Varas de Sucessões de São Paulo, que o inventário e partilha extrajudicial em cartório podem ser realizados extrajudicialmente, mesmo que existente testamento, desde que já cumprido e registrado na via judicial e haja consenso entre os interessados maiores e capazes.

Adiante, os atos normativos em referência:

**Enunciado nº 600**

**Após registrado judicialmente o testamento e sendo todos os interessados capazes e concordes com os seus termos, não havendo conflito de interesses, é possível que se faça o inventário extrajudicial.**

**Justificativa**

A só existência de testamento não serve de justificativa para impedir que o inventário seja levado a efeito extrajudicialmente. Muitas vezes, as disposições testamentárias não têm natureza patrimonial. Em outros casos, claros são os seus termos, não ensejando qualquer dúvida dos herdeiros e dos beneficiados quanto à última manifestação de vontade. Inclusive muitos juízes, quando do registro do testamento, têm



autorizado o uso da via extrajudicial, sem que tal afete a higidez do procedimento levado a efeito perante o tabelião. A Justiça paulista foi a pioneira, tendo a Corregedoria Permanente se manifestado favoravelmente a esta prática. De qualquer modo, persiste a possibilidade de serem discutidas, na via judicial, eventuais controvérsias sobre a validade do testamento ou de alguma de suas cláusulas. Certamente esta é uma medida para desafogar a já tão congestionada Justiça, não envolvendo os magistrados em processo no qual nada têm a decidir, além de assegurar às partes uma solução mais rápida a uma questão que não necessita da chancela judicial.

\*\*\*

**Provimento CGJ nº 37/2016**

**Altera o item 129, do Capítulo XIV, das NSCGJ, incluindo subitens.**

O DESEMBARGADOR MANOEL DE QUEIROZ PEREIRA CALÇAS, CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

**CONSIDERANDO** a necessidade de aperfeiçoamento do texto da normatização administrativa;

**CONSIDERANDO** o exposto, sugerido e decidido nos autos do processo nº 2016/00052695;

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** – Dar nova redação ao item 129 e subitens, do Capítulo XIV, das NSCGJ, nos termos que seguem:

**129. Diante da expressa autorização do juízo sucessório competente, nos autos do procedimento de abertura e cumprimento de testamento, sendo todos os interessados capazes e concordes, poderão ser feitos o inventário e a partilha por escritura pública, que constituirá título hábil para o registro imobiliário.**

**129.1 Poderão ser feitos o inventário e a partilha por escritura pública, também, nos casos de testamento revogado ou caduco, ou quando houver decisão judicial, com trânsito em julgado, declarando a invalidade do testamento, observadas a capacidade e a concordância dos herdeiros.**

**129.2. Nas hipóteses do subitem 129.1, o Tabelião de Notas solicitará, previamente, a certidão do testamento e, constatada a existência de disposição reconhecendo filho ou qualquer outra declaração irrevogável, a lavratura de escritura pública de inventário e partilha ficará vedada, e o inventário far-se-á judicialmente.**

**Artigo 2º** – Este provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

São Paulo, 17 de junho de 2016.

**(a) MANOEL DE QUEIROZ PEREIRA CALÇAS**

Corregedor Geral da Justiça

(DJe de 28/06/2016 – SP

Entende o Interessado que um ato administrativo da Corregedoria, idêntico ao da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, acima citado, facilitaria a rápida solução de partilha consensual, a bem dos herdeiros e demais interessados, assim como desafogaria o Poder Judiciário Estadual, colaborando para uma melhor rapidez na tramitação dos inventários e partilhas amigáveis, previstos no Novo Código de Processo Civil e



em leis pretéritas.

Este auxiliar da Corregedoria reuniu-se com juízes das Varas de Sucessões do Fórum da Capital, para discussão do assunto e a resistência de quatro deles à pretendida normatização foi deduzida no ofício que se acha às fls. 41/42. O titular da 5ª Vara de Sucessões manifestou-se favorável à disciplina pretendida, em cota bem lançada às fls. 43.

Do expediente tira-se que se inclinam os quatro magistrados contrários ao pedido, pela submissão literal ao texto do art. 610 do CPC e argumentam também que a incursão da Corregedoria nessa seara se constituiria indevida intromissão na atividade judicante, por encerrar exercício de interpretação de dispositivo de lei e que a disciplina pretendida poderia resultar em insegurança jurídica e, por fim, seria desnecessária vez que, cumprido o testamento, havendo acordo entre os herdeiros todos capazes, a solução na esfera judicial seria expedita, não se justificando o socorro da via extrajudicial. Também argumentam que a solução resultaria em afronta às prerrogativas do Ministério Público e esvaziamento das atribuições do Poder Judiciário.

A norma processual discutida resta vazada no art. 610 do CPC:

Art. 610. Havendo testamento ou interessado incapaz, proceder-se-á ao inventário judicial.

§ 1º Se todos forem capazes e concordes, o inventário e a partilha poderão ser feitos por escritura pública, a qual constituirá documento hábil para qualquer ato de registro, bem como para levantamento de importância depositada em instituições financeiras.

§ 2º O tabelião somente lavrará a escritura pública se todas as partes interessadas estiverem assistidas por advogado ou por defensor público, cuja qualificação e assinatura constarão do ato notarial.

A interpretação literal do dispositivo não reclama esforço e à primeira análise a conclusão mais vistosa é que a existência de testamento obstacula a utilização da via extrajudicial, cumprindo aos herdeiros, mesmo quando todos maiores e capazes, o ajuizamento prévio de um procedimento de jurisdição voluntária, para a validação do testamento (CPC – arts. 735 a 737) e, empós, intentar a ação de inventário na forma de arrolamento sumário (CPC – art. 660).

A conhecida plethora de serviços que assola o Judiciário inviabiliza a prestação jurisdicional em tempo razoável (CF – art. 5º, inciso LXXVIII), traduzindo-se muitas vezes em negação da justiça, e a grande quantidade de processos que se amontoam nas varas de sucessão, todos a disputar a atenção do magistrado, finda por comprometer qualquer esforço de solução rápida mesmo nos procedimentos de jurisdição voluntária. Nesse aspecto, consultando os gerenciadores das varas especializadas da capital, revela-se que os principais feitos, dentre eles o arrolamento sumário, têm tempo de tramitação bastante elevado, o que



contraria a afirmação de que o procedimento sumário possa ser ultimado em abreviado tempo. Importa conferir a tabela abaixo, pertinente ao tempo de tramitação dos feitos julgados até então:

	1ª V. Sucessões	2ª V. Sucessões	3ª V. Sucessões	4ª V. Sucessões	5ª V. Sucessões
<b>Tempo méd de Arrolamento Sumário (dias)</b>	1.201	194	1.132	1.499	1.138
<b>Tempo méd de Arrolamento Comum</b>	1.509	1.326	1.441	1.790	1.313
<b>Média TOTAL (dias)</b>	1.582	843	1.579	1.349	1.347

A eleição da via extrajudicial como alternativa para contornar esse crônico percalço tem-se mostrado solução factível e de bons resultados, e exemplos bem sucedidos acham-se na Lei nº 11.441/07, que disciplinou, além do inventário e partilha, o divórcio consensual pela via administrativa (CPC – art. 733), bem como no digesto processual, ao dispor sobre a usucapião extrajudicial (CPC art. 1.071).

Cada procedimento que hoje é resolvido em cartório é um feito a menos a ocupar o judiciário que assim desafogado pode-se tornar mais eficaz e empenhar-se em dirimir conflitos.

Cumpra pois, em análise mais detida, buscar as razões que justificariam a existencia do empecilho à utilização da via administrativa, vazado no caput do art. 610 do CPC.

Persistiu o legislador no atual CPC em repetir a fórmula do antigo, e exigir o manejo de prévio procedimento objetivando a chancela judicial para o cumprimento da declaração de última vontade do autor da herança, qualquer que seja a espécie de testamento.

Sustentam os doutos justificar-se essa validação pela *"própria relevância do ato, que traduz a disposição de última vontade de alguém"* e para *"respeitar os derradeiros desígnios do de cujus (denominado 'testador') no que se refere ao seu patrimônio"*.<sup>1</sup>

De fato a finalidade do procedimento preliminar é verificar se existem defeitos no instrumento que comprometam sua validade, tanto que se deve negar cumprimento ao

1 WAMBIER, Teresa Arruda Alvim e outros - Primeiros comentários ao novo Código de Processo Civil, São Paulo: RT, 2015,



testamento maculado por vício de nulidade absoluta.

*"o testamento cerrado precisa ser aberto em juízo para verificar se está intacto e se não apresenta vício externo que o torne suspeito de nulidade ou falsidade. O testamento público demanda exibição do respectivo traslado ou certidão, para que o juiz ordene o seu cumprimento. E o testamento particular precisa de confirmação, com ouvida judicial das testemunhas instrumentárias", OLIVEIRA, Euclides de; AMORIM, Sebastião, Inventários e partilhas, São Paulo: Leud, 15ª ed., 2003, p. 263.*

Não existindo interesse de incapaz, a intervenção do Ministério Público cinge-se a essa primeira fase, não atuando de qualquer modo na seguinte, como se tira da leitura dos arts. 626 e 735, ambos do CPC.

A aferição judicial de idoneidade do ato testamentário garantindo a compatibilidade do testamento às exigências da norma substantiva é efetivamente o que confere segurança jurídica, elidindo risco à validade do negócio jurídico contemplado na fase posterior e que se ultima com a partilha.

Difícil não é concluir que a existência de testamento não justifica a vedação ao uso da via extrajudicial, uma vez reconhecida judicialmente a validade de declaração de última vontade. Sobre o assunto digna de menção a crítica de Flávio Tartuce:

*"os diplomas legais que exigem a inexistência de testamento para que a via administrativa do inventário seja possível devem ser mitigados, especialmente nos casos em que os herdeiros são maiores, capazes e concordam com esse caminho facilitado. Nos termos do art. 5º da Lei de Introdução, o fim social da Lei n. 11.441/07 foi a redução de formalidades, devendo essa sua finalidade sempre guiar o intérprete".*

(TARTUCE, Flávio. O novo CPC e o Direito Civil: impactos, diálogos e interações. São Paulo: Método, 2015, p. 483).

Como bem salientou o Dr. Sergio Girão, o tema foi objeto de discussão na VII Jornada de Direito Civil, promovida pelo Centro de Estudos da Justiça Federal (CEJ) e pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e que se realizou em Brasília, na sede do Conselho da Justiça Federal, nos dias 28 e 29 de setembro de 2015.

Do estudo coordenado pelo Ministro aposentado do STJ, Ruy Rosado de Aguiar Júnior, alcançou-se a conclusão de estar-se diante de procedimento misto, de duas fases e, uma vez reconhecida a validade do testamento, viável o processamento da fase seguinte pela via administrativa, como se lê no enunciado 600 e justificativa:

ENUNCIADO 600 – Após registrado judicialmente o testamento e sendo todos os interessados capazes e concordes com os seus termos, não havendo conflito de interesses, é possível que se faça o inventário extrajudicial.



Parte da legislação: art. 610, § 1º, do Código de Processo Civil e Lei n. 13.105, de 16/3/2015

Justificativa:

A só existência de testamento não serve de justificativa para impedir que o inventário seja levado a efeito extrajudicialmente. Muitas vezes, as disposições testamentárias não têm natureza patrimonial. Em outros casos, claros são os seus termos, não ensejando qualquer dúvida dos herdeiros e dos beneficiados quanto à última manifestação de vontade.

Inclusive muitos juízes, quando do registro do testamento, têm autorizado o uso da via extrajudicial, sem que tal afete a higidez do procedimento levado a efeito perante o tabelião. A Justiça paulista foi a pioneira, tendo a Corregedoria Permanente se manifestado favoravelmente a esta prática.

De qualquer modo, persiste a possibilidade de serem discutidas, na via judicial, eventuais controvérsias sobre a validade do testamento ou de alguma de suas cláusulas.

Certamente esta é uma medida para desafogar a já tão congestionada Justiça, não envolvendo os magistrados em processo no qual nada têm a decidir, além de assegurar às partes uma solução mais rápida a uma questão que não necessita da chancela judicial.

Incensurável e digna de encômios e reprodução a solução proposta e posta em prática pela Corregedoria Geral de Justiça de São Paulo, que vislumbrou no dispositivo da lei um procedimento bifásico e assim passível de ser cindido, em um primeiro momento necessariamente judicial, e podendo ser ultimado pela via administrativa, reverenciando a imposição encerrada no texto da norma, mas compatibilizando com o fim social da lei processual vigente, que é de redução de formalidades e desjudicialização.

Atente-se que por expressa disposição legal, Lei Federal 8.935/94, conferido ao Notário responsabilidade de garantir a eficácia da lei e a segurança jurídica, e a ele foi outorgado o *munus* de não só aconselhar as partes mas reduzir a escrito suas manifestações de última vontade, na elaboração do testamento público, que o Código Civil impõe que sejam lavrados em sua presença (art. 1.864) e nos cerrados que a lei exige sejam por ele aprovados (art. 1.868).

Destaque-se que a redação adotada no provimento, reverencia absolutamente o dever/direito do Juiz das Sucessões de dizer a lei, porque a condição indispensável à admissão do processamento administrativo é a anuência do juízo, afastada assim a alegada intromissão da Corregedoria na atividade judicante.

Ante o exposto, opino que se edite provimento, mirando-se no exemplo da Corregedoria de São Paulo, que viabilize a realização de inventários extrajudiciais, mesmo existindo testamento, desde que os interessados sejam capazes e estejam de acordo, e que



haja expressa autorização do Juízo Sucessório.

É a presente, que ora submetemos à consideração de Vossa Excelência.

Fortaleza, 08 de maio de 2017



**Eduardo Menezes de Oliveira**  
**Assessor Jurídico da CGJ**



**Gúcio Carvalho Coelho**  
**Juiz Corregedor Auxiliar**





ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA  
GABINETE DO CORREGEDOR

Referência nº 8500109-02.2017.8.06.0026

Interessado: Advogado Josué de Sousa Lima.

Assunto: Requer que seja normatizada a possibilidade das serventias extrajudiciais de realizar escritura pública de inventário e partilha em casos que envolvem testamento válido

**DECISÃO/OFÍCIO Nº 2647/2017/CGJCE**

Trata-se de Procedimento Administrativo vertido em requerimento formulado pelo Advogado Josué de Sousa Lima, através do qual **pretende que seja normatizada a possibilidade das serventias extrajudiciais de realizarem escritura pública de inventário e partilha em casos que envolvem testamento válido.**

No caso, baseia-se o interessado em decisão da Jornada de Direito Civil, que provisionou o Enunciado 600, como também, na decisão da Corregedoria do Estado de São Paulo, que autorizou, ao interpretar o artigo 610 do Novo Código de Processo Civil, que o inventário e partilha extrajudicial em cartório podem ser realizados extrajudicialmente, mesmo que existente testamento, desde que já cumprido e registrado na via judicial e haja consenso entre os interessados maiores e capazes.

Para tanto, invoca o Enunciado nº 600: **Após registrado judicialmente o testamento e sendo todos os interessados capazes e concordes com os seus termos, não havendo conflito de interesses, é possível que se faça o inventário extrajudicial.** **Justificativa:** A só existência de testamento não serve de justificativa para impedir que o inventário seja levado a efeito extrajudicialmente. Muitas vezes, as disposições testamentárias não têm natureza patrimonial. Em outros casos, claros são os seus termos, não ensejando qualquer dúvida dos herdeiros e dos beneficiados quanto à última manifestação de vontade. Inclusive muitos juízes, quando do registro do testamento, têm autorizado o uso da via extrajudicial, sem que tal afete a higidez do procedimento levado a efeito perante o tabelião. A Justiça paulista foi a pioneira, tendo a Corregedoria Permanente se manifestado favoravelmente a esta prática. De qualquer modo, persiste a possibilidade de serem discutidas, na via judicial, eventuais controvérsias sobre a validade do testamento ou de alguma de suas cláusulas. Certamente esta é uma medida para desafogar a já tão congestionada Justiça, não envolvendo os magistrados em processo no qual nada têm a decidir, além de assegurar às partes uma



solução mais rápida a uma questão que não necessita da chancela judicial.

Igualmente, toma como paradigma o **Provimento CGJ nº 37/2016 - Altera o item 129, do Capítulo XIV, das NSCGJ, incluindo subitem**. (129. Diante da expressa autorização do juízo sucessório competente, nos autos do procedimento de abertura e cumprimento de testamento, sendo todos os interessados capazes e concordes, poderão ser feitos o inventário e a partilha por escritura pública, que constituirá título hábil para o registro imobiliário. 129.1 Poderão ser feitos o inventário e a partilha por escritura pública, também, nos casos de testamento revogado ou caduco, ou quando houver decisão judicial, com trânsito em julgado, declarando a invalidade do testamento, observadas a capacidade e a concordância dos herdeiros. 129.2. Nas hipóteses do subitem 129.1, o Tabelião de Notas solicitará, previamente, a certidão do testamento e, constatada a existência de disposição reconhecendo filho ou qualquer outra declaração irrevogável, a lavratura de escritura pública de inventário e partilha ficará vedada, e o inventário far-se-á judicialmente).

Entende o Interessado que um ato administrativo da Corregedoria, idêntico ao da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, facilitaria a rápida solução de partilha consensual, a bem dos herdeiros e demais interessados, assim como desafogaria o Poder Judiciário Estadual, colaborando para uma melhor rapidez na tramitação dos inventários e partilhas amigáveis, previstos no Novo Código de Processo Civil e em leis pretéritas.

Nesta perspectiva, elucidativo o **PARECER Nº 15/2017 – AUD/CGJCE** (f. 48/54), do ilustre Juiz Corregedor Auxiliar, Dr. Gúcio Carvalho Coelho, **ipsis litteris**:

Este auxiliar da Corregedoria reuniu-se com juízes das Varas de Sucessões do Fórum da Capital, para discussão do assunto e a resistência de quatro deles à pretendida normatização foi deduzida no ofício que se acha às fls. 41/42. O titular da 5ª Vara de Sucessões manifestou-se favorável à disciplina pretendida, em cota bem lançada às fls. 43.

Do expediente tira-se que se inclinam os quatro magistrados contrários ao pedido, pela submissão literal ao texto do art. 610 do CPC e argumentam também que a incursão da Corregedoria nessa seara se constituiria indevida intromissão na atividade judicante, por encerrar exercício de interpretação de dispositivo de lei e que a disciplina pretendida poderia resultar em insegurança jurídica e, por fim, seria desnecessária vez que, cumprido o testamento, havendo acordo entre os herdeiros todos capazes, a solução na esfera judicial seria expedita, não se justificando o socorro da via extrajudicial. Também argumentam que a solução resultaria em afronta às prerrogativas do Ministério Público e esvaziamento das atribuições do Poder Judiciário.



A norma processual discutida resta vazada no art. 610 do CPC:

Art. 610. Havendo testamento ou interessado incapaz, proceder-se-á ao inventário judicial.

§ 1º Se todos forem capazes e concordes, o inventário e a partilha poderão ser feitos por escritura pública, a qual constituirá documento hábil para qualquer ato de registro, bem como para levantamento de importância depositada em instituições financeiras.

§ 2º O tabelião somente lavrará a escritura pública se todas as partes interessadas estiverem assistidas por advogado ou por defensor público, cuja qualificação e assinatura constarão do ato notarial.

A interpretação literal do dispositivo não reclama esforço e à primeira análise a conclusão mais vistosa é que a existência de testamento obstacula a utilização da via extrajudicial, cumprindo aos herdeiros, mesmo quando todos maiores e capazes, o ajuizamento prévio de um procedimento de jurisdição voluntária, para a validação do testamento (CPC – arts. 735 a 737) e, empós, intentar a ação de inventário na forma de arrolamento sumário (CPC – art. 660).

A conhecida plethora de serviços que assola o Judiciário inviabiliza a prestação jurisdicional em tempo razoável (CF – art. 5º, inciso LXXVIII), traduzindo-se muitas vezes em negação da justiça, e a grande quantidade de processos que se amontoam nas varas de sucessão, todos a disputar a atenção do magistrado, finda por comprometer qualquer esforço de solução rápida mesmo nos procedimentos de jurisdição voluntária. Nesse aspecto, consultando os gerenciadores das varas especializadas da capital, revela-se que os principais feitos, dentre eles o arrolamento sumário, têm tempo de tramitação bastante elevado, o que contraria a afirmação de que o procedimento sumário possa ser ultimado em abreviado tempo. Importa conferir a tabela abaixo, pertinente ao tempo de tramitação dos feitos julgados até então:

(...)



A eleição da via extrajudicial como alternativa para contornar esse crônico percalço tem-se mostrado solução factível e de bons resultados, e exemplos bem sucedidos acham-se na Lei nº 11.441/07, que disciplinou, além do inventário e partilha, o divórcio consensual pela via administrativa (CPC – art. 733), bem como no digesto processual, ao dispor sobre a usucapião extrajudicial (CPC art. 1.071).

Cada procedimento que hoje é resolvido em cartório é um feito a menos a ocupar o judiciário que assim desafogado pode-se tornar mais eficaz e empenhar-se em dirimir conflitos.

Cumpre pois, em análise mais detida, buscar as razões que justificariam a existencia do empeco à utilização da via administrativa, vazado no caput do art. 610 do CPC.

Persistiu o legislador no atual CPC em repetir a fórmula do antigo, e exigir o manejo de prévio procedimento objetivando a chancela judicial para o cumprimento da declaração de última vontade do autor da herança, qualquer que seja a espécie de testamento.

Sustentam os doutos justificar-se essa validação pela *“própria relevância do ato, que traduz a disposição de última vontade de alguém”* e para *“respeitar os derradeiros desígnios do de cujus (denominado ‘testador’) no que se refere ao seu patrimônio”*<sup>1</sup>.

De fato a finalidade do procedimento preliminar é verificar se existem defeitos no instrumento que comprometam sua validade, tanto que se deve negar cumprimento ao testamento maculado por vício de nulidade absoluta.

*“o testamento cerrado precisa ser aberto em juízo para verificar se está intacto e se não apresenta vício externo que o torne suspeito de nulidade ou falsidade. O testamento público demanda exibição do respectivo traslado ou certidão, para que o juiz ordene o seu cumprimento. E o testamento particular precisa de confirmação, com ouvida judicial das testemunhas instrumentárias”, OLIVEIRA, Euclides de; AMORIM, Sebastião,*

---

<sup>1</sup> WAMBIER, Teresa Arruda Alvim e outros - Primeiros comentários ao novo Código de Processo Civil, São Paulo: RT, 2015, p. 1.081.



*Inventários e partilhas, São Paulo: Leud, 15ª ed., 2003, p. 263.*

Não existindo interesse de incapaz, a intervenção do Ministério Público cinge-se a essa primeira fase, não atuando de qualquer modo na seguinte, como se tira da leitura dos arts. 626 e 735, ambos do CPC.

A aferição judicial de idoneidade do ato testamentário garantindo a compatibilidade do testamento às exigências da norma substantiva é efetivamente o que confere segurança jurídica, elidindo risco à validade do negócio jurídico contemplado na fase posterior e que se ultima com a partilha.

Difícil não é concluir que a existência de testamento não justifica a vedação ao uso da via extrajudicial, uma vez reconhecida judicialmente a validade de declaração de última vontade. Sobre o assunto digna de menção a crítica de Flávio Tartuce:

*“os diplomas legais que exigem a inexistência de testamento para que a via administrativa do inventário seja possível devem ser mitigados, especialmente nos casos em que os herdeiros são maiores, capazes e concordam com esse caminho facilitado. Nos termos do art. 5º da Lei de Introdução, o fim social da Lei n. 11.441/07 foi a redução de formalidades, devendo essa sua finalidade sempre guiar o intérprete”.*

(TARTUCE, Flávio. O novo CPC e o Direito Civil: impactos, diálogos e interações. São Paulo: Método, 2015, p. 483).

Como bem salientou o Dr. Sergio Girão, o tema foi objeto de discussão na VII Jornada de Direito Civil, promovida pelo Centro de Estudos da Justiça Federal (CEJ) e pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e que se realizou em Brasília, na sede do Conselho da Justiça Federal, nos dias 28 e 29 de setembro de 2015.

Do estudo coordenado pelo Ministro aposentado do STJ, Ruy Rosado de Aguiar Júnior, alcançou-se a conclusão de estar-se diante de procedimento misto,



de duas fases e, uma vez reconhecida a validade do testamento, viável o processamento da fase seguinte pela via administrativa, como se lê no enunciado 600 e justificativa:

ENUNCIADO 600 – Após registrado judicialmente o testamento e sendo todos os interessados capazes e concordes com os seus termos, não havendo conflito de interesses, é possível que se faça o inventário extrajudicial.

Parte da legislação: art. 610, § 1º, do Código de Processo Civil e Lei n. 13.105, de 16/3/2015

Justificativa:

A só existência de testamento não serve de justificativa para impedir que o inventário seja levado a efeito extrajudicialmente. Muitas vezes, as disposições testamentárias não têm natureza patrimonial. Em outros casos, claros são os seus termos, não ensejando qualquer dúvida dos herdeiros e dos beneficiados quanto à última manifestação de vontade.

Inclusive muitos juízes, quando do registro do testamento, têm autorizado o uso da via extrajudicial, sem que tal afete a higidez do procedimento levado a efeito perante o tabelião. A Justiça paulista foi a pioneira, tendo a Corregedoria Permanente se manifestado favoravelmente a esta prática.

De qualquer modo, persiste a possibilidade de serem discutidas, na via judicial, eventuais controvérsias sobre a validade do testamento ou de alguma de suas cláusulas.

Certamente esta é uma medida para desafogar a já tão congestionada Justiça, não envolvendo os magistrados em processo no qual nada têm a decidir, além de assegurar às partes uma solução mais rápida a uma questão que não necessita da chancela judicial.





Incensurável e digna de encômios e reprodução a solução proposta e posta em prática pela Corregedoria Geral de Justiça de São Paulo, que vislumbrou no dispositivo da lei um procedimento bifásico e assim passível de ser cindido, em um primeiro momento necessariamente judicial, e podendo ser ultimado pela via administrativa, reverenciando a imposição encerrada no texto da norma, mas compatibilizando com o fim social da lei processual vigente, que é de redução de formalidades e desjudicialização.

Atente-se que por expressa disposição legal, Lei Federal 8.935/94, conferido ao Notário responsabilidade de garantir a eficácia da lei e a segurança jurídica, e a ele foi outorgado o *munus* de não só aconselhar as partes mas reduzir a escrito suas manifestações de última vontade, na elaboração do testamento público, que o Código Civil impõe que sejam lavrados em sua presença (art. 1.864) e nos cerrados que a lei exige sejam por ele aprovados (art. 1.868).

Destaque-se que a redação adotada no provimento, reverencia absolutamente o dever/direito do Juiz das Sucessões de dizer a lei, porque a condição indispensável à admissão do processamento administrativo é a anuência do juízo, afastada assim a alegada intromissão da Corregedoria na atividade judicante.

Ante o exposto, opino que se edite provimento, mirando-se no exemplo da Corregedoria de São Paulo, que viabilize a realização de inventários extrajudiciais, mesmo existindo testamento, desde que os interessados sejam capazes e estejam de acordo, e que haja expressa autorização do Juízo Sucessório.

Realmente, as intelecções vertidas na cota são de um pragmatismo exemplar e extirpam qualquer réstia de dúvida acerca dos fatos que norteiam o caso, de maneira a desmerecer qualquer forma de incremento.

Diante de todo o exposto, **acolho, em sua integralidade, a orientação anunciada, cujos alvítres incorporo a este decisório, sem mais nada lhe apor, pois exauriente a prestação.**


Sendo assim, **devolvam-se os autos ao ilustre Parecerista para que providencie a elaboração de minuta do ato normativo pertinente.**



À Diretoria-Geral desta Corregedoria Geral da Justiça para providências pertinentes.

Expediente **ao habitué.**

Fortaleza, 06 de junho de 2017.

  
**DESEMBARGADOR FRANCISCO DARIVAL BESERRA PRIMO**  
**Corregedor-Geral da Justiça**